

TRABALHADORES PROTESTAM CONTRA "REFORMA" DA PREVIDÊNCIA

Na sexta-feira, 22/3, milhares de trabalhadores foram às ruas em todo o país para protestar contra o ataque perpetrado por Jair Bolsonaro contra a aposentadoria dos brasileiros.

As centrais sindicais marcharam juntas na maioria capitais e grandes cidades do país exigindo o fim da reforma que tanto avilta seus direitos. Durante toda a semana foram feitas panfletagens nas principais cidades do país chamando a população para participar dos atos e mobilizações que ocorreram na sexta-feira.

Durante a madrugada do dia 22 vários setores de São Paulo fizeram paralizações, ônibus de diversas empresas deixaram de circular e os trabalhadores fizeram panfletagens contra a reforma da previdência.

Metalúrgicos da Ford e da Mercedes, do ABC, saíram em passeata contra a Reforma da Previdência e contra as demissões nas fábricas. Em São Paulo e

região metropolitana, foram realizadas mais de 70 assembleias, envolvendo 25 mil metalúrgicos. Em diversas cidades do interior paulista categorias retardaram o início de suas atividades para fazer panfletagens contra a proposta que tramita no Congresso.

No período da tarde, em São Paulo, foi realizado um ato na avenida Paulista onde trabalhadores e estudantes se manifestaram contra a reforma

A APROPUC e a AFAPUC participaram do ato reunindo-se no campus Monte Alegre e de lá partindo para a avenida Paulista. No dia 28/3 quinta-feira, às 19h30, no auditório 117-A a APROPUC juntamente com a AFAPUC estarão realizando um debate sobre a Contrarreforma da Previdência.

Nesta edição publicamos nas páginas 3 e 4 uma matéria sobre as principais perdas que os trabalhadores poderão ter caso seja aprovada a reforma da Previdência.

CONTRAREFORMA DA PREVIDÊNCIA: debate crítico

28/03

AUDITÓRIO

117-A

19:30h

ARROCHO, VIOLÊNCIA, ATAQUE À CLASSE TRABALHADORA

palestrantes:

Áquilas Mendes

Camila Ugino

Nair Gadelha

AFAPUC APROPUC

PROFESSOR ASSOCIE-SE À APROPUC

FUNCIONÁRIO Fortaleça sua entidade!

Associe-se à AFAPUC

Continuam as negociações do Acordo Interno dos funcionários

Durante o fechamento desta edição acontecia mais uma reunião entre a Fundação São Paulo e a AFAPUC para fechamento de um novo texto para o Acordo Interno de Trabalho para os funcionários administrativos da PUC-SP. As reuniões que deveriam acontecer no início da semana foram suspensas em razão de problemas de saúde envolvendo a diretoria da AFAPUC.

Neste ano a Fundação São Paulo alegou dificuldades financeiras e propôs a manutenção dos valores atuais para cláusulas como adiantamento salarial, auxílio-escola, auxílio-funeral.

A AFAPUC solicitou que fosse mantida a redação atual das cláusulas (constando o índice de reajuste), para que no próximo ano os valores possam ser negociados sob a ótica da recomposição sem que haja perda de poder aquisitivo.

COMPLEMENTAÇÃO EM CASO DE DOENÇA

A cláusula sobre complementação salarial em caso de acidente ou doença também sofreu alteração. No acordo 2018/

2019 o funcionário ou professor que se afastasse em razão de doença ou acidente recebia a diferença entre seu salário e o benefício do INSS na razão de 100% nos seis primeiros meses e 50% nos seis subsequentes. Na negociação com a APRO-PUC a Fundasp propunha inicialmente redução para 100% nos três primeiros meses e 50% nos três meses subsequentes, ou seja, uma diminuição de 50% da verba inicial.

Nas rodadas subsequentes chegou-se a uma proposta que contemplava 100% nos três primeiros meses de afastamento, 75% do quarto ao sexto mês, 50% do sétimo ao nono e 25% do décimo ao décimo segundo mês decorrido do afastamento.

A AFAPUC também reivindicava que os trabalhadores que ingressaram com o benefício antes do dia 28/2 permanecessem recebendo pelo acordo de 2018.

Essa proposta também foi feita aos funcionários. Para a APRO-PUC o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo disse que a cláusula deverá ser reconsiderada na discussão do acordo interno de 2020.

ESTABILIDADE PARA FUNCIONÁRIOS QUE SE APOSENTAR

Outra cláusula que deverá sofrer modificação é a relativa ao período de estabilidade que antecede a aposentadoria. Até fevereiro, data da vigência de nosso acordo, o funcionário ou professor que se aposenta tinha garantido três anos de estabilidade no emprego (a Convenção dos Sindicatos previa 24 meses). O secretário-executivo propôs uma redução igualando nosso acordo ao dos sindicatos de classe.

Os funcionários criticaram a redução e encaminharam a contraproposta de que, se for feita a redução que, pelo menos, seja mantido o direito a 36 meses para aqueles funcionários que já ingressaram com pedido de aposentadoria antes do dia 28/2. Nesta semana as negociações devem ter prosseguimento e o PUCviva informará os seus desdobramentos.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A Faculdade de Direito da USP resolveu afrontar a Medida Provi-

sória (MP) 873, promulgada pelo ex-capitão Jair Bolsonaro no Carnaval. A MP, de cunho fundamentalmente lesivo aos sindicatos de trabalhadores, estabelecia que a contribuição sindical deveria ser paga unicamente através de boleto bancário e não em folha de pagamento como costumeiramente vinha sendo feito.

Porém, o diretor da Faculdade Floriano Marquez Neto deu acolhida ao pedido de quatro professores, entre eles Jorge Souto Maior, que, filiados ao Sintusp, pediram o repasse direto dos valores da contribuição sindical.

O diretor da Faculdade afirmou ao jornal Folha de S.Paulo que "não se pode desconhecer a inconstitucionalidade pontual da MP. Tal como posto, o dispositivo tolhe o direito individual do servidor de solicitar que se faça um desconto em folha para mobilizar uma contribuição de seu interesse".

A AFAPUC está disponibilizando em seu site os formulários para quem quiser efetuar a contribuição sindical e associativa até o dia 31/3. Os interessados devem acessar o endereço eletrônico <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

O que você tem a perder com a contrarreforma da previdência

Enviada ao Congresso pelo ex-capitão Jair Bolsonaro no início do semestre, a chamada reforma da previdência é um dos piores ataques aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Sob a falsa justificativa de cobrir o rombo da previdência o texto avança sobre conquistas históricas do operariado ameaçando tornar ficção a aposentadoria dos trabalhadores. Abaixo detalhamos algumas ameaças constantes no texto enviado ao Congresso.

Idade mínima para aposentadoria

O texto entregue ao Congresso estabelece a idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para as mulheres. Atualmente não há idade mínima, o trabalhador se aposenta através da soma de sua idade e do tempo de contribuição, a chamada fórmula 85/95. Hoje na aposentadoria por idade é possível se aposentar com 65 e 62 anos respectivamente com 15 anos de contribuição. Bolsonaro sobe esse patamar para 20 anos.

Fim da aposentadoria por tempo de contribuição

O texto em análise no Congresso extingue com a aposentadoria por tempo de contribuição, passando a existir prioritariamente a aposentadoria por idade. Isso representa um prejuízo enorme para os trabalhadores mais pauperizados que começam a trabalhar já aos 14 anos como aprendizes. Pelas regras atuais, uma mulher que contribuiu 30 anos, por exemplo, mas que não atingiu a idade mínima de 60 anos, conseguiria se aposentar. No caso dos homens, esse tempo de contribuição é de 35 anos.

Porém agora o trabalhador que começou com 18 anos e trabalhou o limite de 35 anos (alcançando a idade de 53 anos) terá que trabalhar e contribuir por mais 12 anos até atingir a idade mínima de 65 anos para aposentar-se.

Salário integral só com 40 anos

Por outro lado, a contrarreforma institui o patamar de 40 anos para que o trabalhador tenha direi-

to ao benefício integral de seu salário. Ou seja, mesmo que você tenha chegado aos 65 anos, existe o risco de não receber o seu salário integral (respeitando o piso de R\$ 5.800) se não tiver 40 anos trabalhados.

Aumento da contribuição

As alíquotas do INSS aumentam até 11,68% dos salários na empresa privada, chegando até 14% para os servidores públicos.

BPC cai para R\$ 400,00

O chamado Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência, que hoje está no valor de um salário mínimo, cairá para R\$ 400,00, devendo subir progressivamente até o contribuinte completar 70 anos de idade, quando atingirá o valor de um salário mínimo.

Ou seja, pessoas carentes e deficientes físicos, que têm uma expectativa de vida menor, dificilmente receberão em vida o valor de um salário mínimo.

Redução do PIS

Com a nova fórmula, 23,4 milhões de trabalhadores devem perder o direito ao abono salarial do PIS/Pasep. Hoje recebe quem ganha até dois salários mínimos. A proposta é pagar só para quem recebe até um salário mínimo.

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fim do FGTS para aposentado que trabalha

O texto termina com a obrigatoriedade de pagamento da multa de 40% de FGTS para o aposentado demitido. Já para aqueles trabalhadores que ingressarem na aposentadoria após a promulgação da reforma e continuarem trabalhando, fica extinto o pagamento do FGTS mensal. Essa medida é bastante polêmica e diversos juristas já apresentaram a sua inconstitucionalidade uma vez que já existe jurisprudência nesse sentido. Porém o governo Bolsonaro prepara um cerco ao STF para inviabilizar possíveis recursos.

Pensão para viúvas e órfãos

Viúvas e órfãos vão receber menos. Hoje eles ganham 100% da aposentadoria da pessoa que morreu, por exemplo, 1 mil reais. A proposta é que a pensão seja de 60% (600 reais) + 10% (100 reais) por dependente adicional (até o limite de 100%, ou seja, os 1 mil reais).

Trabalhador rural pagará mais

Será exigido um tempo mínimo de contribuição de 20 anos, além de uma idade mínima de 60 anos para homens e mulheres. Atualmente, os requisitos são 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens) e o mínimo de 15 anos de contribuição.

Mas o saco de maldades não para por aí. O governo prevê outras medidas que iriam se juntar à reforma da previdência para favorecer ainda mais os empresários.

Carteira verde amarela

O governo federal já sinalizou a intenção de, depois da reforma da previdência lançar a chamada "carteira de trabalho verde e amarela", onde o trabalhador poderá "escolher" os direitos que poderá ter. Assim, ao ingressar em uma empresa, o trabalhador, em tese, poderá "optar" por renunciar a alguns direitos, como 13º ou férias, para conseguir mais vantagens com o empregador. Quem não quiser pode ficar com a carteira tradicional com todos os direitos e, naturalmente, ser preterido pelo patrão. O Brasil já conheceu essa história quando, na década de 60, foi criada a opção pela estabilidade ou ingresso no FGTS. É claro que qualquer empresa só empregava quem optasse pelo FGTS.

Previdência privada

O ministro Paulo Guedes prevê também a criação de um fundo de aposentadoria custeado pelos próprios trabalhadores, que substituiria o atual desconto em folha. O fundo seria gerido, é claro, por instituições financeiras privadas que trabalhariam no mercado com as contribuições dos trabalhadores.

O modelo foi implantado em alguns países da América Latina, como Chile e México, onde a situação dos aposentados é hoje desesperadora, pois estão se aposentando com valores irrisórios, o que impossibilita uma velhice digna. Paulo Guedes, um dos "Chicago Boys", é responsável pela implantação do modelo no Chile que hoje é chamado pela população chilena de Fábrica de Pobres.

Por tudo isso é que os trabalhadores não podem ficar parados esperando uma reforma que modificará para sempre suas vidas. Só uma mobilização efetiva que encaminhe para a greve geral em todo país poderá interromper a sanha de um governo entreguista e corrupto aliado exclusivamente aos interesses do grande capital financeiro.



FALA COMUNIDADE

Ouvidos moucos

Urbano Nobre

O desmonte da educação está sincronizado com o projeto de remontagem neoliberal do Estado, em que o modelo desenvolvimentista nacional chegou ao seu ápice como projeto político capaz de pensar crescimento econômico com desenvolvimento social. Agora está sendo substituído pela lógica da produção global e sua matriz de produzir em um contexto de salários baixos, de leis generosas e de impostos inexistentes.

Aos estados nacionais resta pouca mobilidade de gestão sobre seus tributos e poupança, pois as empresas globais são desoneradas de tributação comercial e financeira. A classe média, e os trabalhadores são enforcados no lamaçal para cobrir o rombo do orçamento do Estado, com medidas econômicas e tributárias orquestradas por essa política desigual. Manifesta-se pela não atualização da tabela de isenção do Imposto de Renda (3,75% a mais em IR 2019), pela desvinculação das DRU's que permite ao executivo desvincular o orçamento de gastos obrigatórios para outros fins, sucateando serviços de seguridade social e bem-estar, com crise do sistema educacional e saúde e precarização da previdência social. Essas medidas econômicas e políticas criam impacto na educação.

O desmonte da pesquisa universitária em 2019 revela-se por meio de uma diminuição de 400 milhões (35% em seu orçamento) ameaçando toda formação da pós-graduação das universidades brasileiras. Na mesma toada encontra-se a medida de extinção de 13,7 mil cargos de gestão nas universidades federais, desde direção até função comissionada de coordenação de curso. No mesmo ritmo, as universidades sofrem ameaças, processos de criminalização de reitorias (prisão de reitor da UFSC pela ope-

ração Ouvidos Moucos), operação Lava Jato da educação e cortes de investimento em geral.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A nova base nacional do currículo comum revelou a política golpista do governo Temer que cercou debate com a sociedade, com os profissionais da área de educação e permitiu participação exclusivamente do setor empresarial das escolas privadas. No momento político de pensar as convergências de linguagem, em particular pela própria demanda oriunda do uso das tecnologias digitais, surge um retrocesso de pensar disciplinas obrigatórias dentro de áreas de conhecimento isoladamente, que não geram um saber transdisciplinar. Este fato demonstra o descompasso desta proposta educacional e revela um retrocesso na compreensão das necessidades de sociabilidade, do mundo do trabalho e das perspectivas comunicacionais imersas no nosso cotidiano. Essa proposta manipuladora e antidemocrática cria um processo de desautonomização da atividade docente. Essa reforma expressa a lógica mercantil de pensar a educação, renegando todo o legado histórico de defesa da educação pública e gratuita, levando-a assim ao começo do fim da educação brasileira.

PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO NO ENEM

A marca do conservadorismo encontra-se no patrulhamento ideológico e cerceamento de liberdade de cátedra nas universidades como também em todo fundamento da educação do ensino médio. Por dois anos consecutivos, seguidores dos fake news "ideologia de gênero", "professores doutrinadores",

"marxismo cultural na escola" tem constrangido os organizadores das provas do ENEM, claramente demonstrando um assédio moral ao pensamento crítico. Esses pulhas expressam o atraso cultural referente às questões éticas, à autonomia de pensamento, que são rotuladas como manifestações de doutrinadores e dogmatismo cultural. Esquecem-se que a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, com pluralismo de ideias são direitos conquistados por mais de dois séculos, como expressões da liberdade de opinião pública, autonomia de cátedra, fundamentos éticos alcançados na necessidade de formação de cidadãos conscientes do seu tempo e dos valores democráticos de pensar a vida política e educacional.

ESCOLA SEM PARTIDO

O freio público a esse ideário de Escola Sem Partido revela que a sociedade brasileira se organizou para desmontar esse retrocesso na educação brasileira. Revela-nos a necessidade de avançarmos para um debate em defesa de educação com qualidade, que respeite a dignidade humana, os direitos humanos, a liberdade de pensamento e de opinião refletindo a necessidade de ampliarmos a cultura em sintonia com a formação histórica dos povos que habitam essa miscigenação chamada Brasil, ou seja, como postulava Oswald de Andrade, como um transatlântico mesclado.

EDUCAÇÃO FAMILIAR

Entre os absurdos de afronta à educação, a proposta de educação familiar traz no seu nascedouro, um elemento perigoso de compreensão neoliberal da sociedade como um conjunto de indivíduos autossuficientes. Vai

de encontro à tradição humanista que avançou na compreensão de que o convívio social é decisivo para estruturar horizontes de sociabilidades. Somente assim, podemos entender que um modelo de educação familiar alimenta uma cadeia simbólica.

Esse modelo de família romana traz em seu bojo uma relação gâmica heterossexual, uma forma de governo despótica em que o pátrio poder seria a expressão do soberano doméstico (machismo) e de relações parentais em que a nucleação da família tornaria-se o centro de decisões afetiva e política.

TRAGÉDIA ANUNCIADA

Diante de tantas crises a educação precisa enfrentar essa tragédia anunciada. Nesse momento de crise podemos redefinir prioridades e entender a educação fora do limite escolar e familiar, trazendo-a para a necessidade de criar um projeto que reconfigure a escola a partir de suas vivências externas aos muros da casa e do estado. Ivan Illich já nos alertava sobre a necessidade pensarmos uma sociedade desescolarizada.

Defender a educação não legitima um pacto de conformismo, e sim implica na retomada de rumos políticos, históricos e culturais, que tratem a escola a partir do legado de Paulo Freire, em que ele defendia práticas de afetos e sentimentos humanizadores, impregnadas de gentidade. Precisamos de novos caminhos para enfrentarmos a imobilidade e retrocesso na educação, mediando a polifonia das ruas, como defendia Frei Betto "a cabeça pensa onde os pés pisam". Não dá para ser de esquerda sem "sujar" os sapatos lá onde o povo vive, luta, sofre, alegra-se e celebra.

Urbano Nobre é professor do Depto. de Jornalismo e diretor da APROPUC

ROLA NA RAMPA

Laura Capriglione fala sobre situação da Venezuela

Na quinta feira, 21/03, no auditório 100, aconteceu o debate "notícias da Venezuela" com a presença da jornalista Laura Capriglione, do Jornalistas Livres. A Venezuela enfrenta uma crise política e econômica que causou uma discussão mundial. Na mídia ela ganhou um grande destaque onde se mostra muita violência, crise de abastecimento e falta de produtos de primeira necessidade. Laura viajou para a Caracas, Venezuela, e conferiu uma realidade diferente do que os noticiários mostram, um cenário comum e não de guerra. "A vida real de Caracas não é um cenário de guerra, não

é um cenário de crise humanitária, não é cenário de miséria. Pra gente que vem de país latino-americano são cenas comuns para nós, habitantes da América Latina. Existe uma situação de inflação e carestia mas não humanitária", disse a jornalista. A crise humanitária, que não existe, segundo Laura, é um grande evento da mídia internacional. Também foram pontuados: Bloqueio econômico; Juan Guaidó e seus apoiadores; eleições e urnas; a minoria resistente; as mulheres na Venezuela; a circulação de jornais da oposição e liberdade de expressão.



STHEFANE MATTOS



Acima a jornalista Laura Capriglione e a plateia atenta que lotou o auditório

Definido reajuste de professores e funcionários

Na semana passada saiu o último índice que compõe a cesta que define o reajuste salário dos professores e funcionários da PUC-SP. O índice deverá ficar em 3,9% para funcionários, que será igualmente aplicado aos professores

que ingressaram após 2006. Já para os docentes que entraram antes de 2006 o reajuste será 1,08% maior, em função do acordo celebrado entre APROPUC e Fundasp para quitar a dívida de 7,66% nos salários totalizando 5,01%

Professores lançam livro sobre Sustentabilidade Global

O livro Sustentabilidade Global e realidade brasileira será lançado na segunda-feira, 25/3, às 19h, na sede da União Brasileira de Escritores (UBE), na Rua Rego Freitas, 454 - 6º andar - cj. 61. O livro é um trabalho coordenado pelos professores Regina Maria A. Fonseca Gadelha e

Joaquim Carlos Racy. Estarão presentes também os demais co-autores da obra. Confirme sua presença com Mariana: (11) 94858-4877, 3231-4447, 3231-3669; secretaria@ube.org.br; www.ube.org.br, facebook.com/ubesp, twitter.com/ubebrasil.

APROPUC se solidariza a reitora alagoana

A APROPUC manifesta a sua solidariedade à reitora Valéria Correa da Universidade Federal de Alagoas, ameaçada de prisão baseando-se no processo pelo pagamento de rubricas a servidores corta-

dos pelo Governo Federal. A APROPUC entende que a criminalização de Valéria que sempre se posicionou em favor dos movimentos sociais é uma atitude persecutória contra a reitora.

Suicídio e depressão: do desespero à esperança

Diante da demanda cotidiana decorrente do desespero e depressão, a pastoral universitária e o curso de jornalismo estão organizando este seminário para abordar práticas de acolhimento, e ao mesmo tempo, construir a reflexão teórica e cultural sobre essa temática. A abordagem contará com a participação da professora Dra. Maria Helena Pereira Franco envolvendo os elementos psicológicos da depressão. O professor Dr. Marcelo Prioste tratará sobre como o cinema construiu uma produção imagética e cultural sobre o suicídio. O professor Hudson Mandotti de Oliveira irá expor a

ca da esperança em Ernest Bloch. Por fim, o professor Dr. Urbano Nobre Nojosa falará sobre a tragédia na literatura sobre o amor, loucura e morte. As inscrições para emissão de certificado: pastoralpuc@pucsp.br.

Audatório 239
28 03
10h - 12H
Palestrantes:
Profa. Dra Maria Helena Perelra Franco
Prof. Dr Marcelo Prioste
Prof. Dr Urbano Nobre Nojosa
Prof. Ms. Hudson Mandotti de Oliveira
suicídio e depressão: do desespero a esperança
Realização: Pastoral Universitária, PUC-SP e Faculdade de Jornalismo PUC-SP